



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Cerqueira César, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

- **FORTE PATRIMONIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 02.939.693/0001-08, com endereço na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, n.º 1178, 12 andar, Brooklin Novo, CEP 04571-010, São Paulo/SP;
- **ACAPULCO CONVENIÊNCIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Pereira Barreto, 444, loja 01, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 09.190-210, inscrita no CNPJ sob n.º 01.825.158/0001-63;
- **AFORTEOA - COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob n.º 63.930.663/0001 25;
- **ALBERTO ARMANDO FORTE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12º andar, sala 04, Cidade Monções, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-000, inscrita no CNPJ sob n.º 00.112.612/0001- 76;
- **AUTO POSTO PIRATININS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Al dos Piratinis, 534, Planalto Paulista, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.065-051, inscrita no CNPJ sob n.º 62.374.400/0001-14;
- **AUTO POSTO SITTOGAZ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12º andar, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-000, inscrita no CNPJ sob n.º



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

05.041.748/0001-56;

- CENTRO AUTOMOTIVO GIOVANNI G. LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, sala 05, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 06.011.119/0001-46;
- **CENTRO AUTOMOTIVO ÁGUA ESPRAIADA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12º andar, sala 01, Cidade Monções, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 02.183.682/0001-40;
- **CENTRO AUTOMOTIVO ALPHA HUM LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Al Rio Negro, s/n, Alphaville, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06.454-000, inscrita no CNPJ sob nº 66.766.338/0001-67;
- **COMERCIO DE FILTROS AUTOMOTIVOS M.H.V. LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, sala 01, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 05.023.214/0001-05;
- **COMÉRCIO DE PRODUTOS DE CONVENIÊNCIAS TRÓPICO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12º andar, sala 03, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571 010, inscrita no CNPJ sob nº 01.611.217/0001 09;
- **COMODORO - COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 02.469.584/0001-74;
- **COMPAR – COMÉRCIO DE DERIVATIVOS DE PETRÓLEO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, sala 02, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 02.082.821/0001-40
- **CONVENIÊNCIAS ILHA DE CAPRI LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12º andar, sala 01, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 02.052.331/0001-09;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

- **CONVENIÊNCIAS MAP-I LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Rebouças, 2036, loja 01, Pinheiros, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.402-300, inscrita no CNPJ sob nº 05.082.884/0001-94;
- **COPENHAGUE CONVENIÊNCIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 2º andar, sala 08, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 02.048.856/0001-62;
- **D. O. PATRIMONIAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, sala 01, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 03.867.707/0001- 98;
- **FARMAFORTE ELDORADO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Eusebio Matoso, 488, loja 02, Pinheiros, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.423-140, inscrita no CNPJ sob nº 00.364.151/0001-29;
- **FARMAFORTE PORTAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Marechal Hastinfilo de Moura, 335, Loja 03, Morumbi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.641-000, inscrita no CNPJ sob nº 00.364.118/0001-07;
- **FILADÉLFIA CONVENIÊNCIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, sala 01, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 02.100.509/0001-31;
- **FORTEAOA – COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 64.736.747/0001-95;
- **J.K. COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12ª andar, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 03.626.712/0001-09;
- **PCH PÃO DE QUEIJO E ALIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Eusebio Matoso, 488, loja 01, Pinheiros, Cidade de São Paulo,



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

Estado de São Paulo, CEP 05.423-000, inscrita no CNPJ sob nº 00.310.635/0001-95;

- **POSTO 15 LAVABEM LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Marquez de Paranaguá, 21, Consolação, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.303-050, inscrita no CNPJ sob nº 58.767.294/0001-61;
- **POSTO 16 LAVABEM LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Amaral Gurgel, 387, Vila Buarque, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.221 -001, inscrita no CNPJ sob nº 58.767.278/0001-79;
- **POSTO 18 LAVABEM LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Washington Luis, 5815, Aeroporto, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.221-001, inscrita no CNPJ sob nº 61.463.543/0001-30;
- **POSTO DE SERVIÇOS J C LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Campos Sales, nº 894/900, Centro, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06.420- 390, inscrita no CNPJ sob nº 54.187.398/0001-46;
- **POSTO DE SERVIÇOS PINHEIROS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12º andar, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 02.058.868/0001-78;
- **POSTO DE SERVIÇOS PINHEIROS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, 12º andar, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 02.058.868/0001-78;
- **TEXAS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1178, conjunto 112, 12º andar, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ sob nº 00.020.888/0001-24;

neste ato representadas por seu representante legal abaixo assinado, doravante denominada “requerentes”

Cada uma das partes denominadas individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes” tem justo e acertado o disposto a seguir.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN n. 6.757/2022.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente Transação tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos das requerentes, a redução de litígios e mediante concessões mútuas, compatibilizar os interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento do contribuinte a fim de garantir a sobrevivência da atividade produtiva.

1.2. O passivo fiscal das requerentes é composto pelos créditos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS (“Dívida Ativa”) indicados no Anexo I. A Transação objetiva o equacionamento total dos débitos inscritos em Dívida Ativa existentes na data da assinatura deste acordo (“Dívida Transacionada”) relacionados no Anexo III.

1.3. Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando a situação econômica das requerentes, aferida a partir da verificação das informações cadastrais patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo próprio devedor ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou aos demais órgãos da Administração Pública, bem como a capacidade de pagamento aferida com base em diversas fontes de informação, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do Anexo III:

2.1.1. Desconto máximo de 65% (sessenta e cinco por cento) a cada uma das CDAs, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), ocasionando um desconto global médio de 65%, na forma do Anexo II. O percentual de desconto efetivo sobre cada CDA encontra-se detalhado no Anexo III.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

2.1.2. Pagamento da Dívida Transacionada de natureza não previdenciária (“Dívida Transacionada – Demais Débitos”) em 36 (trinta e seis) prestações mensais iguais e sucessivas e a de natureza previdenciária (“Dívida Transacionada - Previdenciária”) em 1 (uma) prestação mensal, na forma discriminada no Anexo II;

2.1.3. Utilização de crédito decorrente de Prejuízo Fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, limitado a 70% (setenta por cento) do saldo da dívida **de natureza não previdenciária, exclusivamente**, após a aplicação dos descontos, nos termos dos artigos 35 a 39 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 e conforme Anexo II;

2.1.4. A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de cinco anos da sua utilização, mantendo-se as garantias dos débitos eventualmente existentes até a quitação integral do saldo devedor do Acordo de Transação.

2.2. O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.3. Os pagamentos serão efetuados até o último dia útil de cada mês, por meio de DARF emitida pelas requerentes através da plataforma REGULARIZE, sendo o primeiro no mês da assinatura do presente acordo de transação.

2.4. O prazo máximo previsto para pagamento será de 1 (um) mês para Dívida Transacionada – Previdenciária e de 36 (trinta e seis) meses para a Dívida Transacionada - Demais Débitos, de modo que, se houver saldo devedor superior ao montante previsto para o último pagamento mensal, o valor remanescente deverá ser integralmente recolhido até a data de vencimento da última parcela.

2.5. Eventuais créditos que as requerentes venham a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União ou outros entes



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

federados, deverão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.

2.6. A formalização da Transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pelas requerentes, da Dívida Transacionada.

2.7. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração da Transação.

2.8. As requerentes deverão regularizar os débitos do FGTS - CSSP201402226, CSSP201402228, FGSP201402225, FGSP201402227, CSSP201700754, FGSP201700753, CSSP200900286, FGSP200900285, CSSP200904952 e FGSP200904951 – em até 30 dias da data da assinatura do presente Termo, sob pena de rescisão da Transação.

3. DAS GARANTIAS

3.1. Considerando que a negociação teve como objetivo a redução considerável do prazo para pagamento, buscando a maior celeridade para o total adimplemento da dívida, não haverá oferta de garantia vinculada a presente Transação.

4. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

4.1. As requerentes reconhecem e confessam, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como suas responsabilidades pelo pagamento dela, confissão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

4.2. Expressa e irrevogavelmente, as requerentes desistem das impugnações ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renunciam a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

4.3. A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime a requerentes do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

4.4. Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, as requerentes deverão peticionar nos processos judiciais relativos a Dívida Transacionada, para notificarem ao juízo a celebração desta Transação, desistirem da impugnação, recurso ou ação e renunciarem aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

5.1.1. Presumir a boa-fé das requerentes em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;

5.1.2. Notificar a requerentes sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;

5.1.3. Tornar públicas todas as negociações firmadas com as requerentes, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

5.2. As requerentes aceitam as condições da transação e assume as seguintes obrigações:

5.2.1. Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

5.2.2. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

5.2.3. Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

5.2.4. Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

5.2.5. Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte;

5.2.6. Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

5.2.7. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;

5.2.8. Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

5.2.9. Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;

5.2.10. Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação;

5.2.11. Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;

5.2.12. Manter-se optante pela tributação pelo regime do lucro real durante toda a vigência do acordo, tendo em vista a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na presente transação.

6. HIPÓTESES DE RESCISÃO

6.1. Implicará rescisão da Transação:

6.1.1. A falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas;

6.1.2. A falta de pagamento das duas últimas ou da última parcela da transação;

6.1.3. A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

6.1.4. A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, das requerentes;

6.1.5. A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;

6.1.6. A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;

6.1.7. O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

6.1.8. A não regularização dos débitos para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – em até 30 dias da assinatura do Termo de Transação.

6.1.9. O não peticionamento, pelas requerentes, nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) notificarem aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessarem de forma irrevogável e irretratável os débitos;

6.1.10. O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

6.1.11. A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas no Termo de Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;

6.1.12. A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial das requerentes como forma de fraudar o cumprimento da Transação;

6.1.13. A comprovação de que as requerentes se utilizam de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultarem ou dissimularem a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

6.1.14. A comprovação de que as requerentes incorreram em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservaram bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

6.2. A rescisão da transação implicará:

6.2.1. A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência das requerentes;

6.2.2. A execução automática das garantias.

6.3. Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 18 da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

6.4. As requerentes serão notificadas sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico cadastrado da plataforma REGULARIZE.

6.5. As requerentes poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

6.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

6.5.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo à requerentes acompanhar a respectiva tramitação.

6.5.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

6.5.4. As requerentes serão notificadas da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhes facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

6.5.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

6.5.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

6.5.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.

6.5.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pelas requerentes, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

6.6. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, as requerentes deverão cumprir todas as exigências do acordo.

6.7. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

6.8. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelas requerentes, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

7.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa da União objeto desta transação.

7.3. O presente termo de transação individual não pode implicar na redução do montante principal do crédito inscrito em Dívida Ativa.

7.4. A formalização do acordo de transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pelas requerentes, dos débitos transacionados.

7.5. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 59 a 63 da Portaria PGFN n. 6.757/2022 (SEI nº 19839.000554/2024-68) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

7.6. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

7.7. Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

8. DOS ANEXOS

8.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

Anexo I: Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

Anexo II: Plano de pagamento acordado;

Anexo III: Passivo fiscal inscrito e estimativa de desconto por inscrição;

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

CARLOS ALBERTO
BERTINO

Assinado de forma digital
por CARLOS ALBERTO



Carlos Alberto Bertino Guimarães

Procurador da Fazenda Nacional

GABRIEL AUGUSTO
LUIS TEIXEIRA

Assinado de forma digital por
GABRIEL AUGUSTO LUIS
TEIXEIRA



Gabriel Augusto Luis Teixeira Gonçalves

Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 3ª Região



Mariana Fagundes Lellis Vieira

Procuradora-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região



Darlon da Costa Duarte

Coordenador-Geral de Estratégia de Recuperação de Crédito

ALBERTO
ARMANDO

Assinado de forma digital
por ALBERTO ARMANDO



Alberto Armando Forte

requerentes/Procurador



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

ANEXO I - CDAs incluídas na Transação

Dívida Transacionada – Total de R\$ 106.002.470,50 (Cento e seis milhões, dois mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos).

(Valores atualizados para Novembro de 2023)

- **Demais Débitos – Total de R\$ 104.760.667,97 (Cento e quatro milhões, setecentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos).**

INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	CONSOLIDADO
80 2 11 052840-64	Em cobrança	60.145.185,94
80 6 09 016660-49	Em cobrança	1.579,87
80 6 11 095831-46	Em cobrança	21.696.979,18
80 6 11 095832-27	Em cobrança	18.814.301,83
80 7 11 021157-80	Em cobrança	4.084.683,58
80 6 03 064866-17	Em cobrança	9.505,68
80 6 08 022434-25	Em cobrança	8.431,89

- **Débitos Previdenciários – Total de R\$ 1.241.802,53 (Um milhão, duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e três centavos)**

INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	CONSOLIDADO
354550470	Em cobrança	898.440,27
393325032	Em cobrança	287.232,61
361155883	Em cobrança	56.129,65



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

ANEXO II – Do plano de pagamento¹

Proposta de regularização do passivo fiscal:

A) Valor do passivo tributário a ser negociado: R\$ 106.002.470,50;

B) Sem entrada e sem garantia

C) Percentual de desconto médio global máximo permitido: 65%;

D) Valor do débito após desconto máximo permitido: R\$ 37.100.864,68;

E) Percentual a ser amortizado do saldo devedor demais débitos, exclusivamente, com créditos de PF/BCN: 70%

F) Saldo devedor remanescente de R\$ 11.130.259,40 a ser pago da seguinte forma²:

F.1) Débitos Previdenciários: à vista em única parcela no valor de R\$ 434.630,89; e

F.2) Débitos Não Previdenciários: em 36 (trinta e seis) prestações no valor de R\$ 305.551,95.

G) Reconhecimento expresso do grupo econômico indicado na presente transação, bem como e por consequência a responsabilidade tributária solidária entre si.

¹ Valores consolidados para outubro de 2023 já considerados os descontos máximos possíveis por inscrição, mas sujeitos a alterações no momento da consolidação.

² Os valores exatos das parcelas só serão confirmados por ocasião da formalização das contas, tendo em vista a incidência da SELIC entre o mês da proposta aceita e a data da abertura das respectivas contas. Assim, todos os valores aqui descritos são aproximados.

**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

ANEXO III - Passivo fiscal inscrito e estimativa de desconto por inscrição

INSCRIÇÃO	PRINCIPAL	JUROS	MULTA	ENCARGO LEGAL	CONSOLIDAD O	PERCENTUAL DE DESCONTO EFETIVO
80 2 11 052840-64	11.622.190,78	29.782.154,42	8.716.643,09	10.024.197,65	60.145.185,94	65,00%
80 6 09 016660-49	450,00	776,56	90,00	263,31	1.579,87	65,00%
80 6 11 095831-46	4.192.628,68	10.743.715,80	3.144.471,51	3.616.163,19	21.696.979,18	65,00%
80 6 11 095832-27	3.540.441,95	9.482.811,43	2.655.331,48	3.135.716,97	18.814.301,83	65,00%
80 7 11 021157-80	768.648,54	2.058.768,04	576.486,41	680.780,59	4.084.683,58	65,00%
354550470	251.974,89	596.070,40	50.394,98	0,00	898.440,27	65,00%
393325032	91.240,33	151.632,15	18.248,07	26.112,06	287.232,61	65,00%
361155883	17.880,13	29.570,82	3.576,00	5.102,70	56.129,65	65,00%
80 6 03 064866-17	1.869,25	5.678,33	373,82	1.584,28	9.505,68	65,00%
80 6 08 022434-25	2.614,35	4.412,23	0,00	1.405,31	8.431,89	65,00%